



A POLÍTICA DE ESPORTE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL.

Laura Cecília Leite de Souza¹
Junior Vagner Pereira da Silva²

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Esporte; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O esporte é um dos direitos sociais assegurado na Constituição Brasileira afirmado no artigo 217, sendo as escolas e as universidades responsáveis pela iniciação na prática esportiva de 48% da população brasileira, indicando o papel importante que esses contextos exercem na oferta de práticas esportivas. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013).

Para materialização dos direitos sociais, dentre eles, o esporte, se faz necessário que políticas públicas de esporte sejam fomentadas no âmbito universitário, seja por intermédio de ações elaboradas e implantadas pela própria Universidade ou captação de recursos externos via editais, democratizando o acesso da população ao esporte.

Diante ao exposto, este trabalho tem por objetivo avaliar a política de esporte de uma Universidade Pública de Mato Grosso do Sul. Especificamente, busca identificar os projetos de incentivo à prática esportiva e analisar as dimensões dos esporte fomentados.

METODOLOGIA

Essa pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, longitudinal retrospectiva desenvolvida nos últimos 4 anos (2013-2016). No que tange aos objetivos e a técnica de investigação, configura-se como descritiva/exploratória e documental, vez que foram feitas análises de documentos para obtenção dos resultados. Os documentos analisados foram os relatórios e os editais dos projetos desenvolvidos pela Coordenadoria de Desporto de uma Universidade Pública de Mato Grosso do Sul. O tratamento dos dados ocorreu por intermédio da análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos 4 anos analisados foi observada a existência de apenas um programa de incentivo ao esporte, desenvolvido pela Coordenadoria de Desporto/PRAE,

¹ UFMS, lcecialis95@gmail.com

² Dr. UFMS, jr_lazer@yahoo.com.br

nomeado de “Programa de Desenvolvimento da Cultura e do Desporto”. O estado tem a responsabilidade de fomentar políticas públicas, sendo ele o produtor de excelência das mesmas (SOUZA,2006). Logo a existência de um programa esportivo na instituição é visto de forma positiva, vez que colabora para a efetivação do esporte como direito social da população, conforme previsto na Constituição Brasileira.

Embora haja um empenho da coordenadoria em desenvolver atividades esportivas, observou-se a inexistência de programas federais que buscam auxiliar no fomento e democratização do acesso do esporte no âmbito universitário, como o Segundo Tempo Universitário e PROEXT.

A respeito das atividades ofertadas pelo programa existente, observou-se que foram disponibilizadas 15 modalidades, sendo 11 individuais e 4 coletivas. As quatro modalidades coletivas (basquete, futsal, handebol e vôlei) concebidas como tradicionais, reproduzindo algo que já ocorre nas escolas, vez que conforme identifica Silva e Sampaio (2012) os mesmos são os conteúdos que predominam ao longo da Educação Básica, corroborando com que haja uma monocultura esportiva. É importante que novas possibilidades e, modalidades emergentes, dentre elas, futebol americano, rugby, vôlei de areia, futebol de campo, futevôlei, também ganhem espaço em programas de esportes nas universidades, favorecendo um maior rol de opções à comunidade.

Das modalidades esportivas individuais, observa-se a predominância das artes marciais (Aikidô, Jiu- Jitsu, Judô, Kung-fu e Taekwondo), fator importante, pois desse modo os alunos têm maiores possibilidades de adequação as vivências corporais que melhor satisfaçam seus anseios. Outro ponto positivo é a presença dos esportes com raquetes (tênis de mesa e tênis de quadra) no rol de atividades ofertadas, superando algumas barreiras, visto que, historicamente, esses esportes têm uma imagem elitizada veiculada pelas mídias televisivas em decorrência da necessidade de espaços e matérias apropriados, que por vezes não se encontram a disposição da maioria da população brasileira.

No que diz respeito as dimensões de esporte que eram trabalhadas as modalidades, 8 delas tinham características do esporte de participação, 5 eram voltadas ao rendimento e apenas 1 abrangia o esporte educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas 1 projeto foi realizado durante os últimos 4 anos, não havendo parcerias no desenvolvimento da política de esporte da Universidade. Mesmo com a limitação das modalidades tradicionais, o programa encontrado avança no sentido de possibilitar modalidades das artes marciais e dos esportes com raquetes.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. **Sociologias (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. 2013. **A prática de esporte no Brasil**. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/2.html>. Acesso em: 15 julho 2016.

SILVA, J.V.P.; SAMPAIO T.M.V. Os conteúdos das aulas de educação física do ensino fundamental: o que mostram os estudos? **R. bras. Ci. eMov** 2012;20(2):106-118.